

03/08/2017 09:16 - Após rejeição de denúncia, Temer diz que segue com ações necessárias para o país

O presidente Michel Temer disse, em pronunciamento na noite de hoje (2), que, com a rejeição da denúncia contra ele na Câmara dos Deputados, seguirá com as reformas e ações que julga necessárias para modernizar e melhorar o país. “Diante dessa eloquente decisão, posso dizer que seguiremos em frente com as ações necessárias para concluir o trabalho que meu governo começou há pouco mais de um ano”, disse.

Temer citou as reformas que tem feito, como a modernização trabalhista, além da queda da inflação e dos juros, que têm ocorrido durante seu governo. “Nós faremos muito mais ao colocar, como estamos fazendo, as nossas contas em ordem, de forma definitiva e equilibrada. E faremos também todas as demais reformas estruturantes que o país necessita”.

O presidente fez seu pronunciamento logo após o final da votação que rejeitou a denúncia contra ele. O relatório do deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), favorável à rejeição da denúncia, foi aprovado por 263 deputados. Duzentos e vinte e sete deputados votaram contra o relatório. Para a denúncia seguir ao Supremo Tribunal Federal (STF), o relatório deveria ter sido rejeitado por 342 deputados.

Em sua fala de cerca de oito minutos, o presidente também disse que quer construir um país sem ódio ou rancor. “O Brasil está pronto para crescer ainda mais. Todos nós somos brasileiros, filhos da mesma nação, detentores dos mesmos direitos e deveres”, disse. “O objetivo do meu governo é fazer um Brasil cada vez melhor. Farei isso a cada instante até o fim do meu mandato. Quero construir com cada brasileiro um país melhor, sem ódio ou rancor”.

Do gabinete

O presidente passou o dia no Palácio do Planalto e assistiu em seu gabinete a sessão que decidiu pela rejeição da denúncia. Almoçou com os ministros Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ao longo do dia, também recebeu deputados, enquanto requerimentos ainda eram votados no plenário da Câmara.

Com o resultado que o mantém na Presidência da República, a meta de Temer é retomar a agenda das reformas. As articulações pela aprovação da reforma da Previdência, pela simplificação tributária, além da agenda de viagens, voltam à pauta principal do governo. Temer tem viagem marcada para um encontro dos Brics (bloco formado pelo Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul), na China, e para participar da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, ambas em setembro.

Articulações

A vitória conquistada por Temer hoje veio após semanas de articulação política no Planalto e no Congresso. Temer recebeu dezenas de deputados, pedindo-lhes voto favorável. Os deputados Carlos Marun (PMDB-MS), Darcísio Perondi (PMDB-RS) e Beto Mans (PRB-SP) lideraram a frente de defesa a Temer. Os três visitavam o presidente com frequência, atualizando-o dos votos conquistados.

O próprio presidente fez o tradicional corpo-a-corpo, conversando com deputados em seu gabinete ou por telefone. Temer argumentou aos parlamentares que a acusação feita contra ele seria injusta e afetaria sua honra. Por meio de encontros, jantares, almoços e reuniões, o presidente foi construindo a vitória no plenário. Faltando duas semanas para a votação, ocorrida hoje, a base do governo já assegurava ter votos para inviabilizar o prosseguimento da denúncia.

Ainda na fase de apreciação da denúncia na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), partidos da base fizeram várias trocas de membros na comissão. As substituições garantiram a maioria dos votos que impediu a aprovação da admissibilidade da denúncia. Foram 14 titulares da base aliada trocados na titularidade da comissão, sendo duas trocas feitas na mesma vaga. O relatório original, de Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), que era favorável à denúncia, foi reprovado na comissão e foi aprovado um texto substituto de Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), levado à votação em plenário nesta quarta-feira.

A oposição criticou a liberação de verbas em emendas parlamentares durante a tramitação da denúncia contra o presidente Temer na CCJ da Câmara. Em nota, na ocasião, o ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão afirmou que “a liberação de recursos para municípios trata-se de procedimento absolutamente normal”. A pasta explicou que os recursos são emprestados aos municípios, não doados, e que são liberados de acordo com critérios como “seleção pública e avaliação de risco”.

Faltando duas semanas para a votação, ocorrida hoje, a base do governo já assegurava ter votos para inviabilizar o prosseguimento da denúncia. O número de votos chegou perto, mas não atingiu o esperado pelo governo, de 280 votos. No entanto, somando abstenções e ausências, que também interessavam ao governo, foram 285 deputados.

Fonte: Marcelo Brandão - Repórter da Agência Brasil

Notícias RO